

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 25 DE FEVEREIRO DE 1999**

*Senhor Vice-Presidente Marco Maciel; Senhor Ministro José Serra; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhores Embaixadores; Senhores Parlamentares; Senhor Diretor-Executivo da Unaiids, Peter Piot; Senhores representantes de entidades dedicadas ao combate à Aids; Jovem Sérgio de Castro Nascimento; Senhoras e Senhores,*

Fiz questão de estar presente hoje, aqui, não só pela importância que o Brasil atribui ao combate à Aids, mas pelo fato de que o próprio responsável, nas Nações Unidas, pelo programa de combate à Aids veio ao Brasil e aqui está, entre nós. E veio não apenas para testemunhar os esforços que temos feito, mas para alertar o mundo sobre a questão da Aids.

Alertar o mundo pode parecer uma missão demasiado forte, grande, mas é uma necessidade. Há pouco, conversávamos, em meu gabinete e víamos algumas nações, basicamente na África, onde os níveis de infecção são extremamente elevados. E seria perigoso se os países da América Latina, incluindo, naturalmente, o Brasil, imaginassem que essa questão não é conosco. Ela é conosco. Ela diz respeito a nós próprios.

E é por isso que a presença do Diretor das Nações Unidas para esse programa nos ajuda a chamar a atenção da nossa sociedade para essa questão. E é por isso, também, que fiz questão de vir, de estarmos aqui eu, o Vice-Presidente, o Ministro da Saúde e vários Ministros. Porque, para o governo brasileiro, esta é uma questão primordial.

Quero dizer também, Senhor Diretor, que, no caso do Brasil, é de assinalar que o próprio Congresso Nacional – e a iniciativa, se não me falha a memória, foi do Senador José Sarney – foi quem mais acolheu esta questão.

Eu já era Presidente quando a lei chegou até mim. Não faltaram palavras de prudência para dizer que não se sabe quanto custaria esse programa. Por sorte, não faltou, também, o bom senso para dizer que, custasse o que custasse, nós faríamos o programa. E nós estamos fazendo. E, agora, como disse o Ministro Serra, custe o que custar, nós continuaremos a fazer o programa.

Tenho visto, em certas ocasiões, preocupações genuínas, a respeito das áreas sociais, diante das dificuldades pelas quais o Brasil passa. O governo tem a sensibilidade e o compromisso suficientemente fortes para saber da importância de certos programas, e para evitar que os ajustes que são necessários tenham como conseqüência a diminuição da possibilidade do atendimento àqueles que necessitam destes programas.

Claro – também já foi dito pelo Ministro José Serra –, isso não pode ser feito sem se prestar atenção a como fazer mais com menos. A como, também, no próprio ato de dar continuidade aos programas sociais, pensar-se se são os mais adequados e se é este o momento para alguns deles. Verificar-se, portanto, o equilíbrio entre as disponibilidades e os resultados que vamos alcançar. Mas isso não pode servir de escusa para que o governo continue a prestar, naqueles programas de ação continuada, a atenção necessária, para que nós possamos, apesar de tudo, a despeito de todas as dificuldades, continuar avançando.

A descrição que o Ministro Serra fez, desse programa, especificamente, as menções já feitas à quantidade de organismos envolvidos neles, tanto do próprio Governo Federal quanto de outros níveis de

governo e, sobretudo, da sociedade civil – e o Ministro me pediu que fizesse uma referência, que é mais do que justa, ao pessoal do “Disque Saúde que aqui está, também, para mostrar que nós temos um conjunto de pessoas envolvidas nesse programa – mostra que, a despeito de tudo, estamos dando passos importantes para lutar pela melhoria da condição social de vida do povo brasileiro.

Seria uma ilusão pensar que, num país com os problemas sociais que o Brasil tem, que um governo que tem compromisso democrático, que tem história, pelo menos através dos seus Ministros, do seu Presidente, do seu Vice-Presidente, de comprometimento com as questões sociais, que essas questões tivessem sido abandonadas. Pelo contrário, os números todos – repito, com ênfase, *todos* – nas várias áreas – educação, reforma agrária, saúde e assistência social, para mencionar as mais importantes – são indiscutíveis, no sentido de mostrar que, nesses últimos quatro anos, avançamos. E não vamos parar. Vamos continuar avançando, a despeito das dificuldades. Porque o essencial, nas questões de atendimento à população, é que haja a mobilização da sociedade, é que haja a compreensão da sociedade para com os problemas e os programas.

Ainda recentemente, vi, pelos jornais, um falso debate sobre cortes nas cestas básicas, quando, na verdade, seria a adequação do programa a existir ou não condições de seca. Vai chover ou não vai chover? No ano passado, se previu a ausência de chuva por oito meses. Prevê-se por quatro meses neste ano. E se chover mais? Colocar-se-ão mais recursos.

A má-fé e a desinformação não devem substituir o bom senso e o equilíbrio nessas matérias. É preciso ver que se trata de um aparente corte. Na verdade, é simplesmente uma precaução e, quem sabe, uma aposta de que, quem sabe, chova. E espero que, pelo menos, em Pernambuco, caia chuva. Deus queira.

Mas a verdade é que digo isso apenas de passagem, para tirar do horizonte a impressão, eventualmente causada por pessoas precipitadas ou por informações mal trabalhadas ou, às vezes, de dentro do próprio governo, mal apresentadas, de que o governo estivesse

fechando os olhos à questão social. Não está. Não estará. Estará com os olhos muito abertos. E nessa matéria, que é uma matéria essencial, sensível, da mesma forma.

E me pareceu muito interessante a afirmação feita também a respeito da relação entre Aids e violência. E a estatística lamentável para nós de que a causa número “um” de mortes de jovens no Brasil é a violência. É morte por tiro. Não é violência indiscriminada. É morte por tiro nos nossos jovens. E, em segundo lugar, a questão da Aids, ligada à droga. Tudo isso vem tudo em conjunto. É todo um sistema que está permeando, infelizmente, setores importantes da sociedade.

Portanto, nós não podemos imaginar que o combate a essas questões se faça apenas em um ponto ou que possa ser feito apenas por um governo. Tem que ser feito pelo conjunto dos governos estaduais, municipais, mas, sobretudo, pelo conjunto da sociedade. E o ponto de partida é o conhecimento, é a informação, sem a qual nada será feito de forma adequada.

No Brasil, no caso específico aqui mencionado, do programa aqui mencionado, tivemos a vantagem de reconhecer, de dizer que é um problema e a coragem de colocar na televisão programas sobre o uso de preservativos, que, em certos momentos, até causaram uma certa moossa, uma certa espécie na sociedade brasileira. Eventualmente, em um momento ou em outro, pode até ter sido de mau gosto, mas teve a grande virtude de mostrar a necessidade do uso do preservativo – e o próprio Ministro, o Presidente da República não se pejam, senão que se orgulham de dizer que estão dispostos a fazer, como estamos fazendo hoje, campanhas a favor dos preservativos e da educação sexual e da educação para as formas de convivência entre as pessoas.

Pelo menos isso o Brasil fez. E, graças a isso, foi possível avançar. Se tivéssemos estado a enfiar nossa cabeça na areia para não ver os problemas, não teríamos conseguido organizar o que já conseguimos para enfrentá-los.

Infelizmente, nem sempre é assim. Nem sempre temos tido a capacidade de mostrar os problemas, apesar de que – isso não sei se é virtude ou é defeito, mas, na verdade, resulta na possibilidade de

uma solução – nós, aqui, nos comprazemos mais em mostrar os nossos defeitos do que em gabar as nossas virtudes.

Agradeço, portanto, o fato de o Diretor do Programa das Nações Unidas ter vindo aqui para dizer o que disse: o programa feito no Brasil é bom. É um dos melhores. Um dos melhores do mundo. Precisa ser apoiado. Pode até ser imitado.

Dito por mim ou pelo Ministro, haveria, quem sabe, um sorriso e alguém diria: “Meu Deus, outra vez...” Mas, dito por quem está de fora, reconhecem que essa “outra vez” e as “outras vezes” também têm fundamento nos fatos. Quando não propriamente ainda nos fatos, pelo menos na vontade de que as coisas aconteçam da melhor maneira possível.

Eu me comprometi – e termino com essas palavras – com o Senhor Peter Piot a respeito de difundir a necessidade da consciência sobre a questão do combate à epidemia de Aids nos outros países da América Latina. Reafirmo, de público, que na primeira ocasião que tivermos – e creio que a primeira ocasião será em Cuba, em Havana, na Cúpula Ibero-Americana – vou levantar a questão. E peço, desde já, ao Ministro das Relações Exteriores, que informe aos responsáveis pela organização desse encontro de cúpula que o Brasil pretende colocar como um dos pontos da agenda a necessidade de dar maior consciência e maior eficácia à questão do conhecimento da Aids e dos programas de combate à Aids.

Vê-se, portanto, que aqui é, sim, verdade que, desde a sociedade até o governo, nós estamos absolutamente, pelo menos nesse ponto, unidos para preservar a saúde do nosso povo.

Muito obrigado.

